



Eco

Relatório e Contas

Ano 2011



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricular: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Exercício 2011

Índice

Órgãos Sociais e Estrutura Orgânica	2
Introdução	4
Destaques	5
Actividade da empresa	6
Recursos Humanos	11
Investimento	11
Provisões	12
Controlo orçamental	14
Análise económica financeira	16
Perspectivas para o 2.º semestre	19
Aplicação de resultados	20
Disposições finais	21
Anexo ao Relatório de Gestão	22



Handwritten signature and initials

ORGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGÂNICA

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: António José Ganhão

Secretário: Ana Bela Carvalho em representação de SUMA, S.A.

Conselho de Administração

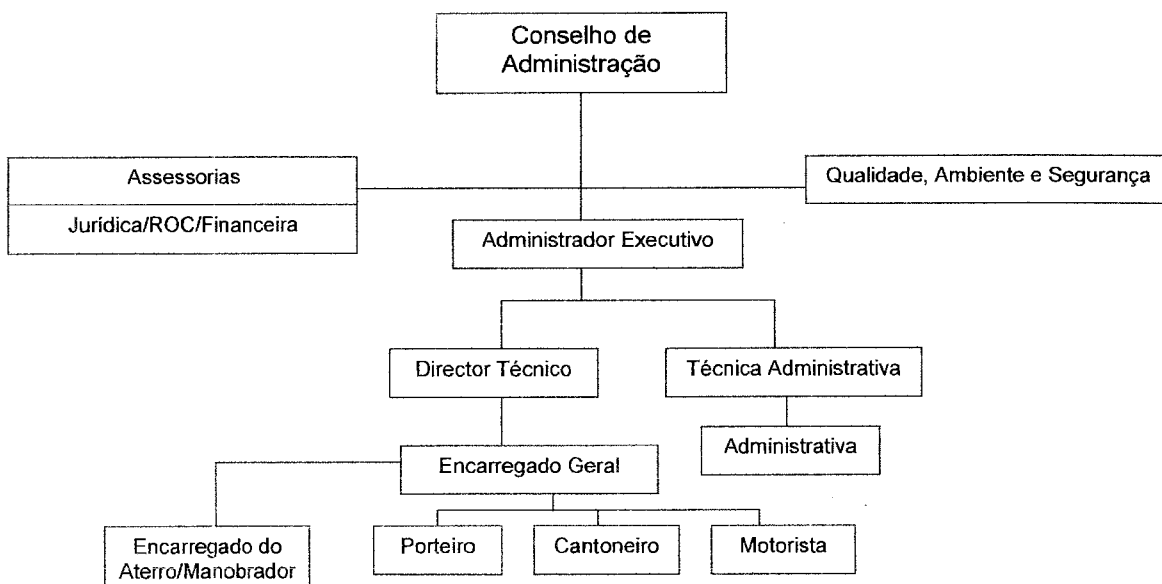
Presidente: José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes

Vogal: Raul Arranzeiro Figueiredo em representação de RESIURB

Vogal: Miguel Paulo Santos Henriques em representação de Lena Ambiente, S.A.

Fiscal Único: Carlos Teixeira, Noé Gomes e Associados, Lda

Estrutura Orgânica





Cargo	Nome
Administrador Executivo	Raul Figueiredo
Director Técnico	Rui Manuel Brites
Técnica Administrativa	Alda Margarida Caetano Marques
Administrativa (s)	Ana Maria Luís Santos
	Lara Maria Tabacão Neves
Encarregado Geral	José David Ventura Gouveia
Encarregado do Aterro	António Manuel Marcelino
Porteiro (s)	António Manuel Nunes
	Joaquim Augusto Nascimento
	Nuno Gonçalo Lima Cruz
Cantoneiro (s)	Arménio Gomes
	David Gouveia Caetano
	Maria Antonieta Rodrigues
	Maria Manuela Godinho
	Francisco Mendes Fernandes
	Alexandre José Gomes
	Tristão Gomes Estêvão
Joaquim Sampaio Tomé	
Motorista (s)	José Pereira Santos
	Mário Henrique Silva
	Justino Coelho Garcia
	António Fernandes Serafim
	Alexandre Duarte Fernandes
	Porfírio Manuel Matias



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2011

1. INTRODUÇÃO

A sociedade Ecolezíria – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, (adiante designada por “Ecolezíria, EIM” ou “Empresa”) com sede na Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5 - Almeirim, pessoa colectiva nº 504 871 650, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim sob o nº 00001/050201, foi constituída em 15 de Dezembro de 2004, com o capital social de 50.000,00 Euros e tem como objecto principal a recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos Municípios associados na Resiurb – Associação de Municípios de Coruche, Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Cartaxo para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

A sua constituição resultou de prévio concurso por convite promovido pela “Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos”, que seleccionou como parceiro para a criação da Empresa o agrupamento de empresas privadas – “Construtora do Lena, S.A.”, “Serurb – Serviços Urbanos, Lda” e “Engil – Sociedade de Construção Civil, S.A.”, tendo sido constituída nos termos do disposto na Lei nº 58/98 de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais), a qual foi revogada pela Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Actualmente a Ecolezíria, EIM tem como detentores do capital a “Resiurb – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos” (51%), Lena Ambiente – Energia e Ambiente, S. A. (24,5%) e Suma, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S. A. (24,5%).



2. DESTAQUES

- Obtenção da Certificação na norma ISO 9001;
- Aquisição e instalação de 29 ecopontos enterrados fruto de uma candidatura aprovada pela INALENTEJO para melhoria do rácio ecoponto/habitante, nos Municípios associados na Resiurb;
- Aquisição de “Pilhões de Rua” e estruturas identificadoras de ecopontos para distribuir pelos ecopontos em todos os municípios na Resiurb;
- Aquisição de carrinha para recolha de Oleões e lavagem de ecopontos;
- Início da elaboração do projecto para ampliação do Aterro Sanitário da Raposa e Renovação da Licença ambiental n.º 83/2008 e Licença de Exploração para o Aterro Sanitário da Raposa;
- Construção da Central de Valorização Energética do Biogás;
- Início de produção de energia eléctrica e respectiva venda à EDP;
- Participação no “Projecto Limpar Portugal”, realizado em Março;
- Participação na Feira Nacional da Agricultura;
- Elaboração de novo Website da Ecoleziria, EIM;
- Encaminhamento de papel/cartão e embalagens directamente para a Sociedade Ponto verde;
- Os Réditos do exercício de 2011 totalizaram 2.883.321 euros;
- O resultado líquido da empresa no exercício de 2011 ascendeu a 289.068 euros o que reflecte uma margem líquida de 10,03 %.

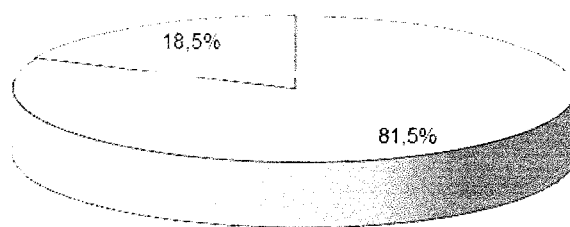


Handwritten initials/signature

3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

A actividade da empresa assentou fundamentalmente no tratamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU's) e na recolha selectiva de resíduos, tendo ambas representado cerca de 81,5% dos réditos da empresa.

Réditos por área de actividade



■ Tratamento de RSU's ■ Outras

Na área do tratamento dos RSU's, durante o exercício de 2011 foram depositadas em Aterro 61.071 toneladas de RSU's que corresponde a um decréscimo de 2,41 % em relação ao mesmo período do ano anterior, valor repartido por cada um dos Municípios utilizadores, da seguinte forma:

Toneladas depositadas no Aterro

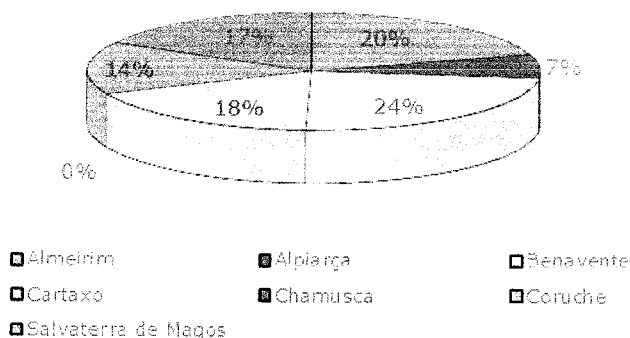
Ano 2010		Ano 2011		Variação %
Municípios	Ton.	Municípios	Ton.	
Almeirim	12.883	Almeirim	12.375	-0,04
Alpiarça	4.023	Alpiarça	3.990	-0,01
Benavente	14.885	Benavente	14.420	-0,03
Cartaxo	11.455	Cartaxo	10.995	-0,04
Chamusca	0	Chamusca	0	0,00
Coruche	8.497	Coruche	8.767	0,03
Salvaterra de Magos	10.838	Salvaterra de Magos	10.525	-0,03
Total	62.581	Total	61.071	



Handwritten signature

Nota: As quantidades apresentadas na tabela dizem respeito às quantidades faturadas aos Municípios

Repartição das toneladas depositados por Município



No que respeita à Recolha Selectiva (ecopontos), durante o exercício de 2011, foram recolhidas 2.497 toneladas, a que corresponde a um acréscimo de 0,64 % em relação ao ano anterior, valor repartido por cada um dos Municípios da seguinte forma:

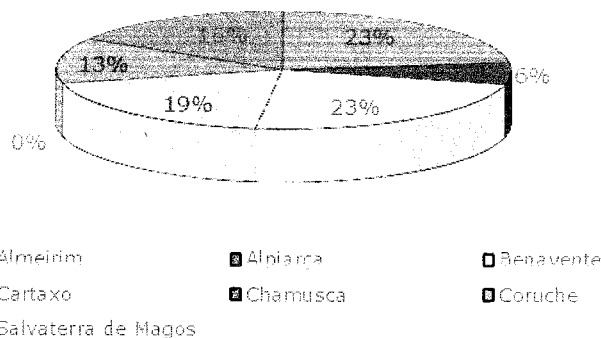
Recolha Selectiva

Ano 2010		Ano 2011		Varição
Municípios	Ton.	Municípios	Ton.	%
Almeirim	547	Almeirim	570	4,23
Alpiarça	130	Alpiarça	151	16,02
Benavente	565	Benavente	574	1,52
Cartaxo	517	Cartaxo	480	-7,20
Chamusca	0	Chamusca	0	0,00
Coruche	312	Coruche	312	0,06
Salvaterra de Magos	410	Salvaterra de Magos	410	0,04
Total	2.481	Total	2.497	



Handwritten signature

Recolha Selectiva efectuada por Município



Relativamente à Recolha Selectiva (ecopontos e ecocentros), durante o exercício de 2011, foram encaminhadas para reciclagem 2.796 toneladas, a que corresponde a um acréscimo de 3,13 % em relação ao ano anterior, valor repartido por cada um dos Municípios da seguinte forma:

Recicláveis

Ano 2010		Ano 2011		Variação %
Materiais	Ton.	Materiais	Ton.	
Vidro	1.229	Vidro	1.281	4,20
Papel/Cartão	1.035	Papel/Cartão	1.022	-1,28
Embalagens	447	Embalagens	493	10,39
Total	2.711	Total	2.796	

Paralelamente foram desenvolvidas as seguintes actividades relacionadas com o Sistema:

- Realização de obra para ligação da fossa séptica da Estação de Transferência de Salvaterra de Magos ao colector municipal de Salvaterra de Magos;



- b) Aquisição e colocação de ecopontos de superfície, enterrados e vidrões nos Municípios associados na Resiurb;
- c) Lavagem dos ecopontos utilizando os recursos humanos e materiais disponíveis na empresa;
- d) Substituição de ecopontos de superfície danificados nos vários municípios que integram o Sistema;
- e) Recolha de plásticos provenientes da agricultura e respectivo encaminhamento para reciclagem;
- f) Realização de formação adequada aos trabalhadores;
- g) Aluguer de uma unidade de tratamento de lixiviados por Osmose Inversa, para que se cumpram os parâmetros exigidos por Lei (Licença Ambiental n.º83/2011);

Os processos de contra-ordenação referentes à Estação de Transferência de Coruche e Ecocentro do Cartaxo, após vistoria e pagamento da respectiva multa aplicada, mantêm-se pendentes nos Municípios por questões relacionadas com o Plano Director Municipal (PDM) e conseqüentemente a obtenção das licenças para operação de gestão de resíduos. A situação já foi comunicada aos Municípios em causa aguardando-se para breve a resolução do problema.

Quanto ao processo da Estação de Transferência de Salvaterra de Magos mantêm-se a ausência de licença para operações de gestão de resíduos e da licença para o furo de captação de águas subterrâneas.

A Câmara Municipal de Salvaterra de Magos ainda não conseguiu resolver a situação junto do proprietário do terreno, não podendo a Ecoliziria licenciar a Estação de Transferência.

Nota: A Ecoliziria recebeu do Tribunal Judicial de Benavente uma notificação requerida pelo proprietário do terreno o qual exige a restituição da parte ocupada pela Estação de Transferência de Salvaterra de Magos no prazo máximo de seis meses a contar da data da comunicação.

Em 01 de Junho de 2011 a Ecoleziria recebeu do Tribunal Judicial de Benavente uma citação onde é mencionado que esta e a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos devem reconhecer o direito de propriedade ao proprietário do terreno devendo devolve-lo tão breve quanto possível devendo indemnizar o proprietário desde 11 de Agosto de 2010 até à data de desocupação pelo valor de 3.000 € mensais. Em 31 de Dezembro de 2011, o passivo contingente não reflectido nas contas, mas divulgado no anexo ascende a 24.000,00€.

Em 16 de Junho de 2011, a Empresa remeteu esta informação para o seu consultor jurídico para contestar a obrigação de pagamento. Até esta data o Tribunal Judicial de Benavente não se pronunciou.

Relativamente ao Processo CO/002048-10 de 22 de Março de 2010, o Aterro Sanitário de Raposa foi objecto de vistoria por parte do IGAOT, tendo a empresa sido notificada em 25 de Setembro de 2010 com uma contra-ordenação relativa ao incumprimento dos parâmetros das águas residuais descarregadas no meio hídrico após o tratamento dos lixiviados produzidos no aterro.

Em 06 de Outubro de 2010 a empresa respondeu em sua defesa alegando que os parâmetros mencionados em incumprimento eram parâmetros intermédios e não parâmetros totais e que os que deverão ser objectos de análise são os valores totais.

Em Janeiro de 2011 foram ouvidos na GNR o Administrador Executivo e o Director Técnico da Ecoleziria, EIM.

Posteriormente em 17 de Janeiro de 2012 foi recebida uma notificação do IGAOT, em resposta à defesa apresentada pela empresa, onde é aplicada a coima de 17.000 euros e custas de 100,00 euros. A empresa optou por fazer impugnação judicial em detrimento do pagamento da coima e constituiu a correspondente provisão no montante de 17.100,00 €.

A Ecoleziria sempre efectuou, efectua e continuará a realizar todos os esforços para que os seus efluentes cumpram os limites estabelecidos na legislação em vigor.



4. RECURSOS HUMANOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, o quadro do pessoal da empresa desagrega-se funcionalmente da seguinte forma:

Quadro do Pessoal em 31 de Dezembro		
Função	2010	2011
Administrador	1	1
Director Técnico	1	1
Responsável Administrativo	1	1
Administrativa	2	2
Encarregado Geral	1	1
Encarregado do Aterro	1	1
Motoristas	5	6
Cantoneiros	7	8
Porteiros	3	3
Total	22	24

É compromisso do Conselho de Administração reforçar de forma sustentada o quadro de pessoal, de modo a dotar a Ecolizéria dos recursos humanos necessários, permitindo assim garantir com eficácia o adequado funcionamento da Empresa, em respeito pela legislação em vigor.

5. INVESTIMENTO

Durante o exercício de 2011, o investimento ascendeu a 1.922.458,31 euros e consistiu na aquisição dos seguintes equipamentos:



Designação	Valor
Ilhas ecológicas	569.600,00
Central de Valorização Energética	1.107.576,00
Toyota Dina - carrinha	22.455,26
Vedação com madeira tratada e rede ovina	2.742,60
Servidor HP	4.245,50
Portátil HP Probax	620,00
Portátil Elitebook	1.140,00
Ecopontos de superfície	142.680,00
Contentor compactador	19.990,00
Contentor metálico fechado 40 m3	8.500,00
Ligação do sistema de águas residuais da Est. Transf. Salvaterra de Magos à rede pública	9.323,65
Contentor Módulo MD	3.465,00
Comando á distancia para grua	9.845,00
Motor Roger p/ portão	1.000,00
Motor Franklin para furo de captação de água no aterro	2.025,30
Placas identificadoras	8.250,00
Pilhões	9.000,00
Total	1.922.458,31

6. PROVISÕES

No cumprimento da legislação ambiental em vigor, nomeadamente do Decreto-Lei nº 183/2009 de 10 de Agosto que revogou o Decreto-Lei n.º 152/2002 de 23 de Maio, foram reforçadas as provisões para as operações de selagem do aterro e da monitorização pós-encerramento.

O estudo e orçamentação das operações acima referidas, no cumprimento da legislação em vigor, enviado ao Director Geral dos Impostos, em 2006, e os desenvolvimentos subsequentes abaixo descritos, sugere que os valores das



provisões para selagem e monitorização do aterro sejam aceites como custo fiscal.

Em Maio de 2009 foi recepcionado da Direcção de Serviços de IRC o ofício n.º 11063, informando que o pedido formalizado anteriormente não teve enquadramento legal no Código IRC.

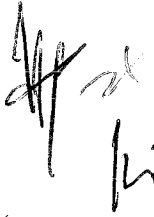
Entretanto no Orçamento do Estado para 2009, é contemplada a alteração ao art.º 34.º n.º 1 f) do Código do IRC, onde é referido a aceitação de tais provisões para efeitos fiscais.

Foi também alterado o art.º 38.º n.º 5, que dispensa as empresas da constituição do referido fundo desde que seja prestada caução a favor da entidade que aprova o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística.

Assim a empresa procedeu à constituição da respectiva caução a favor da CCDR-LVT, no valor de 122.348,24 € em Junho de 2009, por o fundo constituído não estar dotado do valor exigido para fins fiscais, efectuou o requerimento à Direcção de Serviços do IRC, solicitando de acordo com o estipulado no artigo 71.º da Lei n.º 64-A/2008, a aceitação das provisões mencionadas para os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, aguardando-se o correspondente deferimento.

O fundo para fazer face às despesas a incorrer com as operações de encerramento e monitorização encontra-se em constituição, apresentando no final do ano o valor de 1.005.744 euros e não o da provisão constituída no valor de 2.716.187 euros como seria objectivo da Administração, por acrescidas dificuldades de cobrança junto de algumas Câmaras.

Com referência ao exercício de 2011, o valor da provisão para selagem do aterro ascendia a 1.102.630 € e a provisão para monitorização ascendia a 1.613.557 €. A provisão para renovação de equipamento que apresentava um valor de 229.048 €, foi reforçada em 111.572 €, correspondente à percentagem de 5%

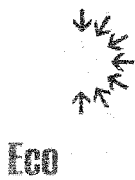
sobre os valores facturados. Esta provisão sofreu simultaneamente uma diminuição 183.985€, relacionada com a quota-parte das amortizações dos equipamentos que constituíram investimento no decorrer do ano de 2011.

7. CONTROLO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte pode-se observar comparativamente as metas orçamentais para o exercício de 2011 e o que foi executado durante o período:

RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamento 2011	Realização 2011	Desvio 2011
Vendas e serviços prestados	2.760.848,00	2.883.320,90	122.472,90
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-180.200,00	-219.331,66	-39.131,66
Fornecimentos e serviços externos	-791.460,73	-1.052.457,04	-260.996,31
Gastos com pessoal	-472.702,07	-418.907,17	53.794,90
Perdas por imparidade	0,00	-10.751,05	-10.751,05
Provisões (aumentos/reduções)	-547.363,33	-444.053,33	103.310,00
Outros rendimentos e ganhos	66.063,57	221.169,80	155.106,23
Outros gastos e perdas	-261.536,40	-372.495,17	-110.958,77
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	573.649,04	586.495,28	12.846,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-186.123,81	-223.729,41	-37.605,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	387.525,23	362.765,87	-24.759,36
Juros e gastos similares suportados	-49.906,51	-3.912,36	45.994,15
Resultado antes de impostos	337.618,72	358.853,51	21.234,79
Imposto sobre rendimento do período	-92.845,15	-69.785,82	23.059,33
Resultado líquido do período	244.773,57	289.067,69	44.294,12
Margem Líquida	8,87%	10,03%	

Iniciando a análise com os desvios ao nível dos Rendimentos, verifica-se que ao nível dos réditos houve um desvio positivo de 122.473 €, conseguido com o início da venda de energia eléctrica a partir do mês de Agosto e também devido ao início de encaminhamento de embalagens e papel/cartão para a Sociedade Ponto Verde.



Handwritten signature

Rubricas	Orçamentado 2011	Realizado 2011	Desvio
<u>Vendas</u>			
Vidro	48.428,00 €	44.865,80 €	-3.562,20 €
Sucata	3.017,80 €	2.560,20 €	-457,60 €
Pilhas	267,32 €	580,00 €	312,68 €
Papel/Cartão	100.990,67 €	60.929,59 €	-40.061,08 €
Plástico Rígido / Agrícola	11.250,00 €	45.184,70 €	33.934,70 €
Esferovite	3.302,67 €	4.837,16 €	1.534,49 €
Resíduos Eq. Electric. E Electronicos (REE's)	400,00 €	240,00 €	-160,00 €
Acumuladores de Chumbo	162,00 €	0,00 €	-162,00 €
Resíduos de Construção e Demolição (RCD S)	3.000,00 €	13.489,68 €	10.489,68 €
Óleos Alimentares Usados	0,00 €	598,75 €	598,75 €
Embalagens	110.334,00 €	43.105,41 €	-67.228,59 €
Plásticos Mistos	15.554,00 €	24.737,20 €	9.183,20 €
Energia Eléctrica	125.000,00 €	291.291,03 €	166.291,03 €
Sub-total	421.706,46 €	532.419,52 €	110.713,06 €
<u>Prestações de Serviços</u>			0,00 €
Recolha e tratamento de RSU's	2.339.141,54 €	2.350.901,38 €	11.759,84 €
Sub-total	2.339.141,54 €	2.350.901,38 €	11.759,84 €
Total	2.760.848,00 €	2.883.320,90 €	122.472,90 €

Analisando a rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos", também com um desvio positivo de 155.106 € que está relacionado com os seguintes aspectos:

- Recebimento de juros de mora por parte dos Municípios em cerca de 35.169 €;
- Imputação de subsídios para investimento de 51.083 €;
- Reversão da provisão para renovação para equipamento em 72.413 €, cujo valor constituído durante o exercício não foi suficiente para suportar a totalidade das amortizações com os investimentos realizados;
- Débito aos Municípios de despesas relacionadas com manutenção das lixeiras encerradas, comparticipação de 40% na aquisição de oleões e comparticipação na aquisição de ilhas ecológicas, sendo a comparticipação de 40% para aquisição de ecopontos enterrados e 100% para contentor de RSU, resultante da candidatura apresentada à Inalentejo.



Handwritten signature and initials

Analisando os Gastos, no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, verifica-se um desvio negativo em relação ao orçamentado de cerca de 39.132 € consequência do aumento de combustível via cedência de gasóleo a empresas a laborar nas instalações do aterro (Envirogás, Lda e Espaço Mecânico, S.A.).

Foi nos Fornecimentos e Serviços Externos que se registou maior desvio, de cerca de 260.996, resultante do aluguer de máquinas, realização de estudos e projectos não orçamentados por não se prever a sua existência aquando da realização do orçamento para 2011 e a comparticipação na venda de energia eléctrica debitada pela empresa Envirogás, Lda.

FSE's	Orçamento 2011	Realizado 2011	Desvio	Observações
Rendas e alugueres	203.400	224.043	-20.643	O valor orçamentado para o aluguer de máquinas foi inferior que o valor realizado
Energia e cve	0	174.814	-174.814	60% Comparticipação da venda de energia eléctrica debitada pela Envirogás, Lda, com início em Agosto de 2011, não tinha sido orçamentado
Trabalhos Especializados	202.208	367.747	-65.539	Realização de estudos e projectos nomeadamente o estudo sobre lixiviados realizado pela Engidro, projeto para construção de aterro de Rib 's e transportes de embalagens para a Resitejo

No Gastos com o Pessoal o desvio foi positivo tendo o custo sido inferior ao orçamentado por força de diminuição de horas extra realizadas e reduções de vencimento impostas pelo Orçamento de Estado para 2011, nos vencimentos do Administrador Executivo e Director Técnico.

Foi registada uma Perda por Imparidade no valor de 10.751,05€ referente ao valor em dívida do cliente Armando Piedade da Silva, Lda, cujos pagamentos se têm realizado com algum atraso existindo facturas pendentes desde Abril de 2011.

Nas Provisões, o desvio de 103.310 € reflete a anulação da provisão para renovação de equipamento e também a reversão da provisão em 72.413€ uma vez que o valor constituído no exercício de, 111.572€, não foi suficiente para



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricúla: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

cobrir o valor imputado das amortizações dos investimentos realizados no valor de 185.985€. As provisões para selagem e monitorização do aterro foram actualizados com a inflação para 2011 de 3,66%.

Foi constituída uma provisão no valor de 17.100€, correspondente ao valor da coima aplicada e custas, conforme notificação enviada pelo IGAOT em 17 de janeiro de 2012.

Na rubrica Outros Gastos e Perdas o desvio negativo de 110.959 € em relação ao orçamentado reflete o agravamento da Taxa de Gestão de Resíduos aplicado em 2010 em cerca de 53.259€ e 59.849€ para 2011 que não estavam orçamentados.

Taxa de Gestão de Resíduos	2010	2011
Agravamento por tonelada	1,75 €	2,00 €
Percentagem de agravamento*	49%	49%
Toneladas	62110	61070
Agravamento em Valor	53.259 €	59.849 €

*% Comunicada pela APA

Quanto aos Gastos de depreciação e amortização registam um desvio negativo de 37.606€, derivado das depreciações do exercício terem excedido o orçamentado, que se justifica essencialmente com as depreciações da Central de valorização Energética no montante de 65.900€, que não estavam orçamentadas para 2011, uma vez que á data de realização dos Instrumentos de Gestão Previsional para 2011 não foi possível prever qual o custo associado ao investimento em causa.

Relativamente aos juros e gastos similares foi prevista a realização de investimentos com recurso a financiamento, investimentos que não se realizaram, pelo que o valor orçamentado é bastante mais elevado que o realizado, como é o caso da central de valorização energética cujo financiamento não se realizou e o caso da aquisição dos camiões para recolha selectiva cujos custos de financiamento só se irão reflectir no próximo ano.



Devido ao desvio nas diversas rubricas foi possível obter uma variação positiva no Resultado Líquido do período de 44.921.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A situação económica e financeira da empresa está reflectida no quadro que a seguir se apresenta:

Indicador	Ano 2011	Ano 2010
Volume de negócios	2.883.321 €	2.362.052 €
Resultado líquido	289.068 €	421.206 €
Capitais próprios	945.846 €	760.025 €
Activo não corrente	3.219.229 €	1.522.871 €
Activo corrente	3.340.973 €	2.619.956 €
Activo total	6.560.203 €	4.142.827 €
Passivo não corrente	3.187.286 €	2.746.160 €
Passivo corrente	2.427.070 €	636.642 €
Passivo total	5.614.357 €	3.382.802 €
Rácio	Ano 2011	Ano 2010
Margem líquida	10,0%	17,8%
Liquidez geral	1,38	4,12
Autonomia financeira	14,4%	18,3%
Solvabilidade	16,8%	22,5%
Rentabilidade dos capitais próprios	30,6%	55,4%
Rentabilidade do Activo Total	4,4%	10,2%
Prazo Médio de Recebimento (dias)	289	242

Analisando os indicadores da empresa verifica-se que as principais diferenças se verificam ao nível do Activo Não Corrente e do Passivo Corrente.



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos. EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 - 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricúla: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

O Activo Não Corrente reflete o aumento dos Activos Fixos Tangíveis relacionados com a aquisição da Central de Valorização Energética no valor de, 1.107.576 € e a aquisição de ilhas ecológicas ainda em curso, mas que até ao final de 2011 totalizava o valor de 569.600 €.

O aumento do Activo Corrente está relacionado com o aumento das dívidas de terceiros e, com o depósito a prazo de 180.000€ para suportar a letra aceite à Envirogás, Lda do mesmo valor, que se irá vencer em Abril de 2012.

O Passivo Não Corrente aumentou via reforço das provisões e via dos impostos diferidos relativo aos subsídios ao investimento.

O Passivo Corrente aumentou em consequência do aumento das dívidas a terceiros quer a fornecedores conta-corrente, quer a fornecedores de investimentos, nomeadamente à Sotkon, S.A., fornecedora de ilhas ecológicas, e à Envirogás, Lda., fornecedora da Central da Valorização Energética.

Também a rubrica de Accionistas, que em 2010 apresentava saldo nulo, em 2011 apresentou saldo de 267.321,37€, referente à distribuição de lucros de 2010, ainda não liquidados.

O Resultado Líquido do Período também sofreu uma diminuição acentuada relativamente ao exercício anterior, e encontra-se positivamente influenciado pelo efeito dos impostos diferidos (13.539,89€) referente aos subsídios atribuídos pela Inalentejo.

No ano de 2010 este efeito foi mais significativo e a margem líquida situou-se 17,8 % contra os 10,0 % em 2011.

Caso não existisse o efeito dos impostos diferidos o Resultado Líquido em 2011 seria de 277.169 € e a margem líquida de 9,60%.



Analisando os rácios todos eles apresentam um decréscimo em relação ao período homólogo, a liquidez geral ressentiu-se via aumento do passivo corrente que sofreu um aumento de cerca de 1.790.428,00 € em relação ao ano anterior, por força das dívidas a terceiros em especial a fornecedores de investimentos.

A Autonomia Financeira baixou devido ao aumento substancial do activo total. Por outro lado a solvabilidade ressentiu-se com o aumento do Passivo, ou seja, a diminuição dos Capitais Próprios e aumento do Passivo influenciaram negativamente ambos os rácios.

A Rentabilidade do Activo Total também demonstra uma quebra acentuada impulsionada pelo aumento do Activo e a diminuição do Resultado Líquido do Período.

Quanto ao prazo médio de recebimentos aumentou 47 dias, apesar dos esforços efectuados ao longo do ano não foi possível a diminuição deste rácio dadas as dificuldades de tesouraria que se vivem na conjuntura actual. Não se perspectiva uma evolução positiva para o próximo ano, continuando no entanto a ser compromisso da Administração a persecução de esforços no sentido de atenuar e melhorar esta situação.

9. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2012

A Empresa vai direccionar a sua actuação, por forma a assegurar as condições adequadas ao exercício da sua actividade, tendo por objectivo afirmar-se como uma entidade de referência para a concepção, investimento e gestão em serviços de recolha e tratamento de RSU's.



Por outro lado, a Empresa pretende manter a capacidade do Sistema e ampliar as actividades já existentes, tendo como objectivo dar resposta às crescentes exigências de gestão de um maior fluxo de fileiras de resíduos.

Mantém-se como principais metas para o exercício de 2012 , as seguintes:

- a) Promover a realização de estudos e contactos que permitam aprofundar a escolha das melhores soluções, com o objectivo de cumprir as metas de redução de matéria orgânica em Aterro;
- b) Garantir o tratamento de lixiviados, investindo na aquisição de uma Osmose Inversa nova;
- c) Conclusão do projecto e respectivo licenciamento da nova célula de Resíduos Sólidos Urbanos;
- d) Desenvolver um estudo técnico económico que permita reduzir o défice de exploração das actividades associadas à Recolha Selectiva;
- e) Aprofundar a colaboração com os sistemas municipais de recolha e limpeza urbana.
- f) Promover e aumentar a eficácia da Recolha Selectiva, de acordo com as metas definidas pelo PERSU II;
- g) Intensificar o esforço de cobrança junto dos Municípios e de outros devedores com pagamentos em atraso;
- h) Garantir o fundo para financiar as operações de selagem do aterro e monitorização pós encerramento, em cumprimento das disposições do D.L. n.º 152/2002, de 23 de Maio, revogado pelo D.L.183/2009 de 10 de Agosto e das disposições do Código do IRC;



- i) Promover a formação adequada dos trabalhadores da empresa;
- j) Finalizar o processo para renovação da Licença Ambiental e Licença de Exploração para o Aterro Sanitário da Raposa que terminam em Agosto de 2012;

10. PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADO

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f), n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Conselho de Administração propõe que, o Resultado Líquido do no montante de 289.067,69 € (duzentos e oitenta e nove mil e sessenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	28.906,77€
Reserva Livre	43.360,15 €
Distribuição aos accionistas	216.800,77€

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

A empresa não tem dívidas perante a Segurança Social, o Estado e os Trabalhadores, em situação de mora.

A empresa não possui sucursais.

A empresa não detém, adquiriu ou alienou acções próprias, durante o ano de 2011.

Não ocorreram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus Administradores, no decorrer do ano de 2011.

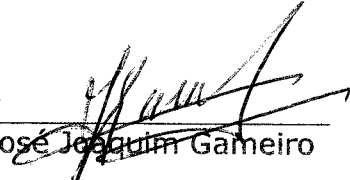
Almeirim, 21 de Março de 2012

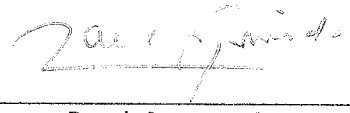


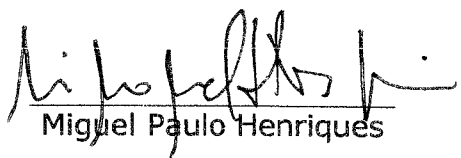
Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5, 2680-104 Almeirim
Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
N.º Matricula: 00001/050201
NIPC 504 871 650
Capital Social: € 50.000

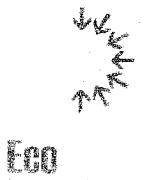
Relatório de Gestão do Conselho de Administração – Exercício 2011

O Conselho de Administração


José Joaquim Gameiro
de Sousa Gomes


Raul Arranzeiro
Figueiredo


Miguel Paulo Henriques



Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
 Rua Dionísio Saraiva, 2 – 1.º - porta 5, 2080-104 Almeirim
 Conservatória do Registo Comercial de Almeirim
 N.º Matricula: 00001/050201
 NIPC 504 871 650
 Capital Social: € 50.000

**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE
 ADMINISTRAÇÃO
 RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011**

1 – Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização:

Para efeitos do nº 5 do artº 447 do C.S.C. refere-se que nenhum dos membros do Conselho de Administração e Fiscal Único, detêm acções do capital social da empresa.

2 – Participações detidas por accionistas:

Nos termos do nº 4 do artº 448º do C.S.C. referem-se seguidamente os accionistas titulares de acções, no final do exercício, representativas do capital social:

Accionista	Nº Acções	Série	Valor (€)
Resiurb	1020	A	25.500
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	490	B	12.250
Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.	490	B	12.250

Almeirim, 21 de Março de 2012

O Conselho de Administração

 José Joaquim Gameiro
 de Sousa Gomes

 Raul Arranzeiro
 Figueiredo

Miguel Paulo Henriques

Entidade: Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2011	31.12.2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	2.206.850,43	506.302,26
Activos intangíveis	6	1.721,34	4.272,86
Outros activos financeiros	16	1.005.743,69	1.005.743,69
Activos por impostos diferidos	15	4.914,02	6.552,03
		3.219.229,48	1.522.870,84
Activo corrente			
Inventários	10	5.563,45	880,11
Clientes	17	2.281.124,52	1.584.725,69
Estado e outros entes públicos	19	52.123,49	219.359,13
Outras contas a receber		181.100,10	135.005,61
Diferimentos		20.068,97	12.721,71
Caixa e depósitos bancários	4	800.992,58	667.263,90
		3.340.973,11	2.619.956,15
Total do ACTIVO		6.560.202,59	4.142.826,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	17	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		119.124,90	77.004,25
Outras reservas		227.210,24	115.445,81
Resultados transitados		(65.520,81)	(61.983,92)
Outras variações no capital próprio	13	325.963,93	148.352,02
Resultado líquido do período		289.067,69	421.206,45
Total do Capital Próprio		945.845,95	760.024,61
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	2.962.335,37	2.518.282,04
Financiamentos obtidos	9	108.889,86	175.855,00
Passivos por impostos diferidos	15	116.060,95	52.023,06
		3.187.286,18	2.746.160,10
Passivo corrente			
Fornecedores		345.696,66	234.021,14
Estado e outros entes públicos	19	7.821,77	19.668,66
Accionistas/Sócios		267.321,37	0,00
Financiamentos obtidos	9	88.363,16	87.865,80
Outras contas a pagar		1.398.262,91	211.564,44
Diferimentos		319.604,59	83.522,24
		2.427.070,46	636.642,28
Total do Passivo		5.614.356,64	3.382.802,38
Total do Capital Próprio e do Passivo		6.560.202,59	4.142.826,99

Almeirim, 21 de Março de 2012

O Conselho de Administração

O TOC

Entidade: Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	11	2.663.320,90	2.362.051,91
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(219.331,86)	(153.252,44)
Fornecimentos e serviços externos		(1.052.457,04)	(679.724,87)
Gastos com pessoal	5	(419.907,17)	(412.553,81)
Perdas por imparidade	17	(10.751,05)	
Provisões (aumentos/reduções)	12	(444.053,33)	(458.516,33)
Outros rendimentos e ganhos	19	221.169,80	232.293,86
Outros gastos e perdas	19	(372.498,17)	(225.252,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		586.495,28	666.942,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 8	(223.729,41)	(121.350,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		362.765,87	545.492,87
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(3.912,36)	(3.212,38)
Resultado antes de impostos		358.853,51	542.280,49
Imposto sobre rendimento do período	15	(69.185,82)	(121.074,04)
Resultado líquido do período		289.667,69	421.206,45
Resultado por acção básico		144,53	210,60

Almeirim, 21 de Março de 2012

O Conselho de Administração

O TOC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **ECOLEZÍRIA – EMPRESA INTERMUNICIPAL PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 6.560.203 euros e um total de capital próprio de 945.846 euros, incluindo um resultado líquido de 289.068 euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira, de ECOLEZÍRIA – EMPRESA INTERMUNICIPAL PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M. em 31 de Dezembro de 2011, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações, divulgadas no Relatório de gestão e no Anexo:
- 9.1. A Empresa recebeu da Direcção Geral dos Impostos, em Maio de 2009, a comunicação de indeferimento do requerimento de aceitação do custo fiscal das Provisões, remetido ao Director Geral em 26 de Setembro de 2006. As referidas provisões vêm sendo constituídas para fazer face aos encargos a suportar com a selagem do aterro sanitário e recuperação paisagística do terreno no final da sua vida útil e com a monitorização ambiental no período pós encerramento, operações de execução obrigatória nos termos do Decreto-Lei n.º 152/2002 e do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto, que o veio revogar.

Como é sabido a Lei 64/2008, Lei do Orçamento de Estado para 2009, introduziu alterações ao anterior artigo 34º do código do IRC (actual art.º 39º), que passou a aceitar em sede fiscal as provisões destinadas a fazer face aos encargos com a recuperação paisagística e ambiental, constituídas pelas empresas pertencentes ao sector de tratamento e eliminação de resíduos, que é o caso, desde que para tanto fossem cumpridos os requisitos previstos no também alterado e anterior art.º 38º do mesmo Código (actual art.º 40º). Na mesma Lei foram incluídas disposições transitórias (art.º 71º) que permitiam que o saldo acumulado das provisões em 31/12/08 fosse considerado como custo para efeitos de determinação do lucro tributável em cada um dos quatro exercícios anteriores àquele a que respeita, desde que tenha sido apurado de acordo com os termos e condições previstos na nova redacção do citado art.º 38º, mediante apresentação de requerimento no prazo de 180 dias a contar do dia 1 de Janeiro de 2009.

Face ao indeferimento acima referido, a Empresa solicitou a aplicação do regime transitório, tendo requerido à entidade competente, dentro do prazo previsto, a consideração fiscal do custo das provisões em causa, após a constituição da caução que se mostrou necessária face à insuficiência do fundo constituído, em cumprimento das exigências do referido artigo 38º, aguardando-se deferimento.

- 9.2.** A empresa foi notificada, por ofício de 10 de Janeiro de 2012, da decisão final proferida no âmbito do processo de contra-ordenação movido pelo IGAOT, dado a conhecer por notificação desta Inspeção-Geral datada de 13 de Setembro de 2010, tendo sido condenada ao pagamento de uma coima de 17.000 euros acrescida de custas no valor de 100 euros, pelo que, consequentemente, foi constituída uma provisão pelo valor global de 17.100 euros.
- 9.3.** Encontra-se a correr termos no tribunal da Comarca de Benavente um processo judicial, movido contra a Empresa e o município de Salvaterra de Magos pelo proprietário do terreno onde se encontra instalada a estação de transferência, no qual é requerida a restituição do imóvel e o pagamento de uma indemnização por todo o tempo decorrido desde 11/08/10 e por todo o tempo que durar a ocupação, em quantia não inferior a 3.000 euros mensais, até à efectiva restituição. O processo no actual estado de tramitação não reúne todos os critérios para a constituição de provisão, tendo o passivo contingente sido divulgado no Anexo.

Porto, 23 de Março de 2012

carlos teixeira, noé gomes,
& associado, sroc, lda.


CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA. (n.º 28)
Representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro (ROC n.º 1009)